JORGE ÁLVARES

O PRIMEIRO PORTUGUÊS QUE FOI Á CHINA—(1513)

POR

LUÍS KEIL

TIPOGRAFIA BELEZA - RUA DA ROSA, 105

LISBOA *1933*

JORGE ÁLVARES

O PRIMEIRO PORTUGUÊS
QUE FOI A CHINA – (1513)

JORGE ÁLVARES

O PRIMEIRO PORTUGUÊS QUE FOI Á CHINA — (1513)

POR

LUÍS KEIL

TIPOGRAFIA BELEZA — RUA DA ROSA, 105

LISBOA 1933

AS relações dos portugueses com a China, datam, indirectamente, da primeira viagem de Vasco da Gama.

O navegador português na sua volta a Lisboa, em 1499, apresentou ao Rei D. Manuel e à Raínha sua Mulher, vários objectos que trouxera da Índia; entre êles, figuravam segundo diz Gaspar Correia, «porcelanas que se compraram em Calecut» [1].

Os chineses chegavam a êsse pôrto da costa do Malabar nos seus juncos, uns provenientes directamente do mar da China, outros de Ceilão, onde, desde muito tempo, tinham importantes feitorias e um próspero comércio que durou até aos meados do século XV [2].

Em Calecut, antes de 1450, os chineses possuíram uma feitoria que ainda se chamava, quando os portugueses lá abordaram, *Chinacota,* ou seja «a fortaleza dos chins». Esta foi cedida pelo Çamorim a Pedro Álvares Cabral, para estabelecer o nosso armazem e ali se alojou Aires Correia que viera provido do cargo de feitor. Todos sabemos do seu trágico fim [3].

É natural, que os portugueses obtivessem dos chineses, acidentalmente ali residentes, ou, mais possìvelmente, dos comerciantes do Malabar, detentores das mercadorias originárias da China e que iam traficar nas paragens do estreito de Malaca, o grande entreposto do comércio do Extremo-Oriente, os produtos que desejavam e que mais raros se lhes afigurariam nos mercados de Portugal.

---

[1] Gaspar Correia, *Lendas da India,* vol. I, pág. 141.

[2] *The Journal of the Royal Asiatic Society,* Londres, 1896, pág. 342-350.
— Henry Yule, *Cathay and the Way Thiter,* etc., Londres, 1866.

[3] Gaspar Correia, *Lendas da India,* vol. I.

Não alongarei as referências dos nossos cronistas e as citações àcêrca dos chins em documentos coevos, nem as diligências dos mercadores para obter os objectos que tentavam os portugueses pelo seu exotismo ou raridade ou pelas encomendas que se lhes faziam. Colocarei em primeiro lugar as porcelanas e as sedas.

Das porcelanas, o próprio rei D. Manuel já as encomendava a D. Francisco de Almeida e a Afonso de Albuquerque, e êste que as usava nas «mesas» que dava aos fidalgos e capitães, pedia para Portugal que lhe mandassem baixela de prata, pois a quebra e o gasto das que se partiam era muito grande[1].

Das sedas, as sedas razas e os damascos, grande cópia de fardos se mandavam anualmente a Portugal. Abundam as referências nos documentos do tempo.

Foi Diogo Lopes de Sequeira, na sua malograda expedição a Malaca em 1509, quem teve o primeiro e maior contacto com os chineses, cujos juncos encontrara ali ancorados[2].

Mesmo essas relações foram amistosas, e passados anos, os portugueses já senhores de Malaca, recordavam os serviços do velho capitão chinês que conhecera Diogo Lopes. Dêsse capitão de juncos a história conserva o nome, Cheilata, talvez «Tchu-la-tsang»[3].

Afonso de Albuquerque em 1511, quando tomou Malaca, também recebeu valiosos auxílios dos chineses, que até lhe cederam os batéis dos seus juncos para o desembarque das tropas[4]. Em 1512, o mesmo Afonso de Albuquerque enviava a Portugal um chinês, por ventura portador de objectos da sua pátria, e talvez o primeiro a pisar terras lusitanas.

Logo depois de se estabelecerem em Malaca, os portugueses tentaram reatar as relações com os chins que antes vinham pe-

---

[1] Gaspar Correia, *Lendas da India*, vol. II, pág. 409.

[2] Damião de Goes, *Chronica do Felicissimo Rei Dom Manuel*, Lisboa, 1567, Parte III, Cap. II, fol. 3.

[3] Carta de Rui de Brito. Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo. Corpo Cronológico. Parte 1.ª, Maço 14, n.º 49.

[4] Damião de Goes, *Chronica do Felicissimo Rei Dom Manuel*, Parte III, Cap. XVII, fols. 35 e 36.

— *Commentarios do Grande Afonso de Alboquerque*, Lisboa, 1576, pág. 365.

riòdicamente a essa cidade em Março-Abril, e acabadas as transacções, voltavam na monção de Maio aos seus portos de origem. Era essa a melhor época e a que proporcionava viagem mais rápida. A viagem durava de 20 a 40 dias tanto à ida como à volta.

Os chineses contudo, apezar das melhores relações que tinham tido com os portugueses e dos «seguros» que estes lhes davam, só em Abril de 1513 voltaram a Malaca. Eram quatro juncos com pouca mercadoria e vinham «apalpar a terra», como escrevia Rui de Brito Patalim[1]. Neles vinha o mesmo capitão chinês que estivera com os portugueses cinco anos antes. Bem recebido por estes, logo se pensou em aproveitar a ocasião para tentar a cubiçada «viagem da China». Era difícil, no entanto, tal emprêsa.

Dizem as crónicas que o primeiro português que aportou à China, foi Rafael Perestrelo chegado a Cantão, em 1515.

Ainda ùltimamente Soulié de Morant e Géorges Maspéro, citam o nome de Perestrelo e o ano de 1515, como aquele em que pela primeira vez um português chegou à China[2].

Êsse nome e essa data tem corrido e tomado foros, vinculando o nome de Perestrelo a êsse acontecimento.

Posso, no entanto, demonstrar que ano e meio antes da ida de Perestrelo um português foi à China, podemos dizer, oficialmente, e que a viagem de Perestrelo foi provocada por essa missão.

Essa data, meados de 1513, faz recuar de 18 a 20 meses pelo menos, a época que até hoje andava notada. Eu bem sei que êsse pequeno espaço de tempo, não é nada no decurso secular da História, mas faz-nos reinvindicar para um obscuro português, cujo nome se deve salvar de um quase esquècimento, a glória de ter aportado à China, primeiro do que nenhum dos outros portugueses até agora conhecidos, e portanto antes de qualquer outro europeu que ali fosse pelo caminho dos mares. E ainda mais, êsse português assinalou o carácter oficial da sua viagem, levantando na China o primeiro padrão do Rei de Portugal.

---

[1] Cartas de Rui de Brito. Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo. Corpo Cronológico. Parte 1.ª, Maço 14, n.os 49 e 52.

[2] Soulié de Morant, *Histoire de la Chine*, Paris, 1929, pág. 385. — Géorges Maspéro, *La Chine*, Paris, 1925, vol. II.

Hirth, diz que em 1506 aportaram às costas de Cantão vários navios estrangeiros e aventa a hipótese de serem caravelas portuguesas[1].

Não parecem aceitáveis os argumentos do escritor alemão, embora a audácia anónima de alguns portugueses podesse dar vislumbres de verdade a êsse facto.

Mas as crónicas e os documentos da época são absolutamente mudos a tal respeito e nem a mais pequena referência existe que deixe antever quaisquer circunstâncias que apoiassem, mesmo ao de leve, a hipótese de Hirth, baseada numa passagem de uns anais chineses.

O primeiro navio português, ou pelo menos com portugueses, que chegou à China, partiu de Malaca em Maio de 1513. Era um junco novo que viera de Pêgu.

Rui de Brito Patalim, o primeiro capitão português de Malaca, aproveitando a circunstância da estadia dos juncos chineses no pôrto, manda chamar o «xabandar»[2] da cidade, e acordam na possibilidade de uma viagem à China útil e proveitosa.

O junco em questão, o melhor que ali havia, é armado e carregado, igualmente por ambas as partes; uma parte com fazenda do Rei de Portugal, pimenta da Índia, cravo de Pacem e outras espécies eventuais de permuta; a outra parte com mercadoria do próprio «xabandar». Mas, salvaguardando a bandeira e os direitos do Rei de Portugal o junco levaria um feitor português. E partiu na conserva dos juncos chineses, recentemente chegados...

Basta ler as cartas dos oficiais de Malaca e de Rui de Brito para o Rei D. Manuel, e a do mesmo capitão português, para Afonso de Albuquerque para se avaliar a importância do cometimento[3].

Mas quem era e o que fizera êsse feitor?

Rui de Brito e os oficiais de Malaca omitiram o seu nome.

---

[1] F. Hirth, *Chinesische Studien*, München, 1890, pág. 102.

[2] Xabandar (Shâhbandar) o «bendara» dos portugueses. Capitão e governador do reino de Malaca. A primeira autoridade indigena de Malaca no tempo da conquista e mantida por Afonso de Albuquerque.

[3] Cartas citadas, e mais: Corpo Cronológico. Parte 1.ª, Maço 14, n.º 15.

Fragmento da carta de Jorge de Albuquerque, escrita em Malaca a 8 de Janeiro de 1515, dirigida ao Rei D. Manuel.

Nela se lê a referência a Jorge Alvares junto à parte deteriorada.

(*Arquivo Nacional da Torre do Tombo*. Corpo Cronológico. *Parte III. Maço 5. Doc. n.º 87*).

Jorge de Albuquerque, o segundo capitão de Malaca, escreveu ao Rei D. Manuel em Janeiro de 1515, sôbre assuntos da sua fortaleza[1]. A carta está deteriorada em vários sítios o que torna por vezes difícil a leitura.

Quando se refere aos negócios de Malaca e ao provimento dos oficiais da feitoria, cujos cargos eram da alçada do capitão, Jorge de Albuquerque escreve o seguinte:

«... hũ dos escripvães pero sallgado ho outro he fran-
«cisquo perejra/ ho outro he jorge...... q̃ o fiz o escrivam/
«por ser omẽ sofecjente p̃ yso/ e vos ter...... do cem ou-
«tras cousas/ como na yda da china/ em que foy... feitor de
«hum jũquo de vosa allteza/ e ser ho primr̃o homem que pooz
«marquo per vosa alteza/ foy mui bem laa recebido/ os chins
«folgam com nossa companhja......»

O testemunho contemporâneo do sobrinho de Afonso de Albuquerque, vem pois asseverar que «Jorge...», que êle nomeou escrivão da feitoria de Malaca pelos seus merecimentos, fôra o *primeiro homem* que puzera «marquo» em nome do Rei de Portugal em terra da China.

Não é difícil preencher com o nome de *Álvares* a falta da carta do capitão de Malaca, mutilada pelo tempo.

João de Barros, o nosso grande historiador do Oriente, na sua Década III, livro VI e cap. II, refere-se a Jorge Álvares e ao padrão que êle levantara, embora não declare ter sido êle o primeiro que fôra à China. Antecipa, porém, a sua ida de um ano à de Rafael Perestrelo[2].

A correlação entre a passagem da carta de Jorge de Albuquerque e o texto da Década de João de Barros, completa e aclara o conhecimento exacto do feito.

Assim podemos hoje saber definitivamente, que o primeiro português que, em nome do Rei de Portugal, desembarcou na China foi Jorge Álvares, localisando o lugar do levantamento do padrão com as armas do Reino, testemunho dessa missão, muito

---

[1] *Idem,* Corpo Cronológico. Parte III, Maço 5, n.º 87.

[2] João de Barros, *Da Asia,* (Edição de 1777), Década III, parte II, pág. 20.

perto do pôrto de Tamau (Ta-mang), a dezoito quilómetros de Cantão, e estabelecendo a data da sua chegada ali, em Junho de 1513[1].

A história deve conservar êste nome a par dos de Rafael Perestrelo, de Fernão Péres de Andrade e do infeliz embaixador Tomé Pires, boticário do infante D. Afonso.

Foram as cartas de Malaca, a que já me referi, recebidas, sem dúvida, pelo rei português depois do meado do ano de 1514, ou ainda outras que se perderam, que decidiram D. Manuel a mandar «assentar a China», dando provisão dela a Fernão Peres de Andrade e enviando uma armada especial em Abril de 1515[2].

Rafael Perestrelo, só depois da chegada a Malaca de Jorge Álvares partiu para Cantão, seguramente na monção de 1515[3]. Por lá se demorou, e, não voltando no tempo normal da monção de regresso, julgaram os de Malaca que estivesse prêso com os seus companheiros[4].

---

[1] Pelas razões que aponto a viagem de Jorge Álvares pode-se antecipar seguramente de 20 a 24 meses à de Rafael Perestrelo. Jorge Álvares deve ter chegado a Tamau em Junho de 1513 e Rafael Perestrelo em Maio de 1515.

[2] As cartas a que me tenho referido, enviadas pela náu «Santa Eufémia», de Malaca para Cochim, em Janeiro de 1514, ainda apanharam as náus da carreira do Reino que devem ter chegado a Lisboa em meados dêsse ano.

[3] Fernão Lopes de Castanheda, *Historia da Conquista e descobrimento da India pelos portugueses*. Coimbra, 1552. Parte II, Livro III, Cap. 149.

[4] A chegada de Rafael Perestrelo a Cantão deve ter sido em Junho de 1515 e não em 1514 como se tem escrito. E se não vejamos. Jorge de Albuquerque, o segundo capitão português de Malaca, chegou a essa fortaleza em 6 de Julho de 1514, e pouco depois chegaram Bartolomeu Perestrelo e seu irmão Rafael que vinham providos respectivamente da feitoria de Malaca e da viagem da China (esta dada pelo governador da Índia). Os dois irmãos Perestrelos estão ligados a um acontecimento minuciosamente relatado pelos cronistas: a degolação do rei de Campar, «xabandar» de Malaca, nomeado em Setembro de 1514 e que pelo menos ocupou êsse lugar durante quatro meses. Ora êsse facto teve lugar em fins de Janeiro ou comêço de Fevereiro de 1515; a êle assistiram e nele tiveram triste parte os Perestrelos. Bartolomeu, facto consignado por Castanheda, morreu dezasete dias depois da execução do «xabandar» e, pouco tempo passado, seu irmão partiu para a China. Ajustam-se estas datas com o tempo necessário da monção da viagem (Leiam-se as cartas de Jorge de Albuquerque, e Castanheda, Goes e João de Barros). Partindo Perestrelo em Abril devia voltar nos primeiros meses do ano seguinte. Ora a partida precipitada de Fernão Péres

Êste facto provocou a ida antecipada de Fernão Péres de Andrade que, chegando tarde a Malaca, logo partiu para a China, mas teve que retroceder por ser adiantada demais a monção de 1516. De volta a Malaca encontrou ali Rafael Perestrelo que vinha muito rico da China [1].

Nada mais direi da expedição de Fernão Péres, da de seu irmão e da de Martinho de Melo Coutinho. A história já muito falou nelas.

E Jorge Álvares? Quando voltou a Malaca? [2]

Jorge Álvares, parece ter voltado à China depois da sua vinda de Cantão; não encontro, porém, outra referência senão em 1517, quando, num junco, se avista, nas águas da China, com Fernão Péres e o avisa do estado precário em que se encontrava a fortaleza de Malaca [3].

Num dos anos seguintes, 1519, vemo-lo em Tamau juntamente com Jorge Botelho, Álvaro Fuzeiro e Francisco Rodrigues na esquadra de Simão de Andrade [4]. Jorge Álvares deve ter-se sepa-

---

foi em Julho de 1516, já fora da monção que acabara em Maio, e essa partida urgente foi devida ao atrazo do regresso de Rafael, que supunham cativo me Cantão.

[1] Fernão Lopes de Castanheda, *Obra citada,* Livro IV, Capítulo IV.

[2] Andrea Corsalis, o famoso viajante italiano, astrónomo e cosmógrafo, estava na Índia em 1514. Numa das suas cartas, datadas de Cochim de 5 e 11 de Janeiro de 1515, dirigidas ao duque Julião de Medicis, e publicadas por Ramusio, refere-se à ida à China:

... *Quest'ano passato navigaromo dela Cina nostri portoghese*...

É uma referência à viagem de Jorge Álvares, conhecida nos estabelecimentos portugueses da costa do Malabar nos fins de 1514. As náus de Malaca partiam na monção de Novembro-Dezembro, quase sempre a tempo de transbordo para as náus do reino como atrás deixei dito. Assim Corsalis escreveu para a Europa poucos dias depois de ter a notícia exacta da viagem à China e do regresso de Jorge Alvares.

Não se pode contudo precisar com segurança a data da volta de Jorge Álvares a Malaca a quando da sua primeira viagem.

É possivel que, aproveitando as fracas monções de Setembro, pudesse alcançar Malaca nos fins de 1513. Não o creio, pois que em nenhuma das cartas a que me tenho referido, escritas em Janeiro do 1514, se fala no regresso do feitor do junco enviado à China; pelo contrário, nelas se lô a perspectiva de uma vantajosa viagem de volta. Portanto, quanto a mim, Jorge Álvares deve ter regressado a Malaca na monção normal de Março-Abril do ano de 1514.

[3] Gaspar Correia, *Idem,* vol. II, pág. 529.

[4] João de Barros, *Idem,* Déc. III, Liv. VI, Cap. I.

parado de Simão de Andrade e voltado a Malaca, pois em 1520 combate contra o rei de Bintão nas cercanias da cidade, no sítio chamado do Págo, e, depois, na ribeira de Muár, comandando um lanchára[1].

A viagem da China seduzia-o...

Na monção de 1521, torna a partir para Cantão e, perto dali, encontra Diogo Calvo e Francisco Rodrigues nos seus juncos.

Mas os tempos eram adversos aos portugueses. Simão de Andrade, com as exacções e as temeridades, exasperava os sentimentos dos chineses e comprometera a boa obra encetada por seu irmão Fernão Péres e por Jorge de Mascarenhas.

Os chineses atacam os navios dos portugueses e a situação, havendo-se complicado, torna-se verdadeiramente crítica. Jorge Álvares, que assumira o comando dos navios, está muito doente. O junco de Francisco Rodrigues é saqueado.

Em 27 de Junho chega Duarte Coelho com dois navios, mas as circunstâncias não se modificam.

Jorge Álvares morre nos braços do seu grande amigo Duarte Coelho, na tarde do dia 8 de Julho de 1521.

> «... e foi enterrado ao pé de hum padrão de pedra com «as Armas deste Reyno, que elle mesmo Jorge Alvares alli «puzera hum ano ante que Rafael Perestrello fosse aquellas «partes; no qual ano que ali esteve, ele tinha enterrado hum «seu filho que lhe faleceo...»[2]

Tocante sentimentalidade do seu amigo em horas angustiosas seria essa, reünindo as cinzas do pai às do filho, no lugar onde outrora chegara pela primeira vez e assentara o padrão do seu Rei!

Em fins de Agosto chega Ambrósio do Rêgo com dois juncos, e as cousas melhoram um pouco. Os portugueses sobreviventes logram escapar do apertado cêrco dos chineses, e a 8 de Setembro podem navegar ao largo e chegar em Outubro a Malaca.

Existe uma outra versão da morte de Jorge Álvares.

---

[1] Gaspar Correia, *Idem*, vol. II, pág. 596.

[2] João de Barros, *Idem, idem*, cap. II.

Uma carta de Cristóvão Vieira[1], que fôra da embaixada de Tomé Pires, em 1517, e cativo em Cantão, refere o seguinte que pode, até certo ponto, alterar o texto de João de Barros:

«Que Jorge Álvares entrou para os cárceres de Cantão depois de ter sido aprisionado pelos chineses no combate de Tamau, e durante algum tempo foi companheiro de Tomé Pires e dos outros cativos portugueses».

«Morreu êste Jorge Álvares antes de 1524, sucumbindo seis dias depois de ter sido mandado açoutar pelo escrivão da cadeia *tomado de vinho*».

Cristóvão Vieira escreveu isto muitos anos depois dos acontecimentos, e é possível que não fosse exacto ou se deixasse levar por informações menos verdadeiras. A versão de Barros é tanto mais verosímil, quanto a de Cristóvão Vieira é confusa e deixa antever a possibilidade da existência de um outro Jorge Álvares, companheiro de Tomé Pires.

O facto porém averiguado é que o primeiro português que foi à China acabou seus dias na terra onde puzera antes o padrão do rei de Portugal.

Quis rehabilitar o nome de Jorge Álvares e colocá-lo em seu devido lugar, reivindicando para êle a glória que lhe compete e que tem sido um pouco usurpada

Há 418 anos um seu ilustre contemporâneo, Jorge de Albuquerque, no seu orgulho de português, conferira-lhe já essa glória[2], que foi esquecida pelos modernos historiadores, embora João de Barros escrevesse:

---

[1] Esta carta, cuja cópia existe na Biblioteca Nacional de Paris, foi publicada por Donald Ferguson no *Indian Antiquary*, London, 1901-1902, págs. 421-451, etc., e págs. 10, 32, 53 e 63 (1902). O Dr. E. A. Voretzsch, Embaixador da Alemanhador no Japão e lusófilo muito ilustre, completou, em 1929, essa cópia, divulgando um fragmento existente em Lisboa (Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo — Fragmentos, Maço 24). Vidè E. A. Voretzsch, *Documento àcêrca da primeira embaixada portuguesa à China*, in *Boletim da Sociedade Luso-Japoneza*, Toquio, 1929, pág. 50.

[2] Carta citada. A. N. da T. do T., C. C., Parte III, Maço 5, n.º 87.

«E pero que aquella região de idolatria coma seu corpo, «pois por honra de sua patria em os fins da terra poz «aquelle padrão de seus descobrimentos, não comerá a me- «moria de sua sepultura, emquanto esta nossa escritura du- «rar...»

Glorioso epitáfio esquecido de muitos![1]

Oxalá que os portugueses de Macau se lembrassem dêle, e podessem mandar gravar em letras de ouro a prosa imorredoira de João de Barros num novo padrão, onde a esfera, os castelos e as quinas de Portugal, comemorassem, em nossos dias, na ilha de Ta-Mang, a chegada do primeiro português que foi à China há 420 anos.

Era também um sentido preito da saüdade portuguesa à memória de Jorge Álvares.

---

[1] O nome de Jorge Álvares, aparece por vezes citado em alguns trabalhos estrangeiros, como tendo aportado a Tamáu em 1514. Foram, sem dúvida, as referências de João de Barros, que deram lugar a essa nota, tão justa e valiosa, mas que tem passado quase despercebida por aqueles a quem tal facto devia merecer maior reparo.